



**CARAVANA À ALESP**

## **Audiência pública dia 23 debate financiamento das universidades na Alesp**

Os trabalhadores da Unicamp se reuniram em assembleia geral na terça-feira (9/6) para debater a conjuntura nacional e os rumos da mobilização. A avaliação da categoria é de que é preciso unidade da classe trabalhadora para barrar os ataques aos direitos trabalhistas, combatendo firmemente o projeto de lei que amplia a terceirização, as MPs 664 e 665 (que reduzem os direitos previdenciários e o seguro desemprego) e o ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma.

### **Transparência**

A assembleia também ressaltou que o STU deve cobrar da Unicamp

transparência a todas as informações financeiras, inclusive da folha salarial, retomando os procedimentos que garantiram que os dados fossem publicados na USP, de acordo com a Lei da Transparência. Vale lembrar que essa reivindicação consta em nossa Pauta de Específica, que será discutida em negociação com o reitor.

### **Pauta específica**

A pauta foi protocolada no dia 8/6 e a reitoria ainda não deu retorno sobre a mesma. É corrente na categoria o prejuízo dos trabalhadores, que não tiveram o reajuste no

auxílio alimentação e demais benefícios. Além da isonomia com a USP, a pauta trata de igualar direitos para os trabalhadores da Funcamp e os aposentados, dentre outros temas.

### **STU organiza caravana à Alesp no dia 23/6**

O STU levará caravana para o ato na Assembleia Legislativa por ocasião da audiência pública sobre a LDO, que ocorrerá na próxima terça-feira (23). Para se inscrever é necessário entrar em contato com a Secretaria do sindicato.

**Confira o Boletim do Fórum das Seis na página 4.**

### **ATIVIDADE ABERTA**

## **MPT determina realização de audiência pública sobre assédio moral dia 24**

Diante das denúncias de assédio moral que vêm sendo formalizadas pelo STU junto ao Ministério Público do Trabalho - órgão responsável pela fiscalização do acordo coletivo contra a prática firmado em 2007 -, o procurador Eduardo Luís Amgarten determinou que aconteça dentro da Universidade audiências públicas sobre o tema.

**O primeiro evento será realizado no próximo dia 24 às 10 horas, no anfiteatro do HC, e é aberto à participação de todos os servidores. Durante a audiência serão colhidos depoimentos de pessoas que se sintam à von-**

**tade em manifestar suas denúncias publicamente. Quem não se sentir à vontade em falar, deve participar do evento e pode encaminhar sua denúncia de forma sigilosa, como o STU sempre deu curso aos processos.**

A decisão do procurador teve por base também o fato da Unicamp se recusar a assinar um termo de ajustamento de conduta que efetivasse o cumprimento do acordo coletivo (o primeiro no país a tratar juridicamente do tema). A audiência é uma vitória da categoria, que deve estar presente em peso. Participe!

**Audiência Pública  
sobre Assédio  
Moral, com o MPT e  
o jurídico do STU**

**Dia 24/6 - 10h  
Anfiteatro do HC  
PARTICIPE!**

# Greves em defesa dos serviços públicos e melhores condições de trabalho

Diversas categorias deflagraram greve contra a retirada de direitos dos trabalhadores e em defesa dos serviços públicos. Uma delas é a Greve Nacional dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior. Em algumas IFES, os docentes também aderiram, fortalecendo a luta. Já são 63 universidades federais onde os técnico-administrativos paralisaram suas atividades. A categoria cobra reajuste no piso salarial, aprimoramento da Carreira e correção das distorções, revogação das leis que criaram a EB-SERH e a FUNPRESP (administradoras privadas dos hospitais universitários e da previdência do funcionalismo federal) e a retirada dos projetos em debate no Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores.

A greve também é uma resposta aos cortes orçamentários na educação e à recusa do MEC em abrir mesa de negociação. No último dia 12 de junho o Superior Tribunal de Justiça deu prazo de 10 dias para que o governo se pronuncie “com propostas concretas” em relação à pauta da Fasubra.

## Greve dos servidores municipais conquista

Já a greve dos servidores municipais de Campinas chegou ao fim após 16 dias na última terça-feira à noite. Após recorrer ao Judiciário, a categoria conquistou reajuste salarial de 8,36%, aumento de 15,9% no vale alimentação (que passa a R\$ 788,00), não desconto e não reposição dos dias parados e acordo judicial contra retaliações. Aposentados e pensionistas receberão

R\$ 120,00 no Vale Nutricional.

## Professores enfrentaram autoritarismo de Alckmin

Outra importante greve, a dos professores estaduais de São Paulo, chegou ao fim no dia 12 de junho. A greve da categoria durou 92 dias, a mais longa da história. O governador Geraldo Alckmin mostrou toda a sua intransigência e desrespeito, recusando-se a negociar com a categoria e cortando salários. Com o fim da greve sem que tenha havido negociação por parte do governador, a derrota é de toda a sociedade. Mas os professores e professoras seguem em luta, agora dentro das salas de aula.

O STU apoia todas as lutas que estão sendo travadas em defesa da classe trabalhadora.

## Vereadores aprovam golpe ao Plano Municipal de Educação

Foi aprovado pelos vereadores no dia 16 o projeto que institui o novo Plano Municipal de Educação. A decisão foi duramente criticada por entidades e movimentos sociais em defesa da educação, uma vez que o texto não contempla propostas feitas pelos educadores e nem mesmo o que foi aprovado na Conferência Municipal de Educação realizada em maio deste ano.

Além de trazer ataques como a possibilidade de o município contratar Organizações Sociais (OSs) para gerir a educação por meio dos convênios e rejeitar o debate sobre como a reprodução de noções estereotipadas sobre o masculino e o feminino mantêm desigualdades e estimulam violências contra mulheres e homossexuais, inclusive no ambiente escolar.

## Mudança de Regime

No dia 10 ocorreu audiência no Tribunal de Justiça de São Paulo para tratar da questão da mudança de regime CLT para CLE. A Procuradoria Geral da Universidade solicitou sustentação oral das razões da instituição para a medida. A nova audiência será no dia 1º de julho.

Depois o processo será julgado pelo colegiado do Órgão Especial do TJ. O número do processo é 2033039-32.2015.8.26.0000.

**ERRATA** - No **Boletim do STU** nº35, distribuído em 9 de junho passado, divulgamos na matéria “Funcionárias são confinadas em guarita” que as trabalhadoras terceirizadas foram trancafiadas pela chefia na portaria da FEF, mas o local exato foi a Portaria I de acesso à Universidade.

## Reunião com a reitoria trata da pauta da DEdIC

Foto: Fernanda de Freitas



Nesta terça-feira (16) as professoras da DEdIC e a diretoria do STU se reuniram com o reitor José Tadeu Jorge para discutir a pauta específica. Entrou na discussão a regulamentação da jornada, recesso, carreira, Projeto Político Pedagógico (PPP), credenciamento da creche e gestão democrática.

Sobre a regulamentação da Lei 11.738/2008, que garante 1/3 da carga horária das professoras para planejamento, o reitor pontuou que a efetivação da jornada só será possível por meio de deliberação da Câmara de Administração (CAD), que seguirá as orientações do Conselho Nacional de Educação. A intenção é que o documento seja apreciado pela CAD em outubro deste ano e contemple o recesso escolar de 15 dias em julho.

Questionado sobre a responsabilidade dos cuidados quando as professoras estivessem em planejamento, o gestor foi categórico em afirmar que serão necessárias adequações internas das turmas e horários para que as crianças fiquem sempre em companhia de alguma professora.

Ficou decidido que a comissão interna da DEdIC, que já discute esse assunto, será formalizada e participará dos trabalhos junto à DGRH e à

Procuradoria Geral na elaboração da deliberação CAD.

A reitoria também acenou com a possibilidade de estruturar um projeto piloto para testar esse formato, mas que o experimento deverá ser feito com um grupo pequeno e necessitará de respaldo da comissão.

A avaliação de todos é que o rearranjo na jornada não implicará em impacto financeiro ou novas contratações.

### Carreira

O reitor anunciou que a DGRH estuda a criação de uma carreira específica para a DEdIC – dentro do projeto de reformulação da carreira PAEPE –, que contemple a mudança de nomenclatura e as especificidades do trabalho.

### Credenciamento

O reitor reiterou seu compromisso de buscar o credenciamento da creche e informou que em consulta à Prefeitura Municipal de Campinas recebeu retorno de que, por ser uma universidade estadual, a competência para o encaminhamento seria do governo do Estado.

Diante disso, a Universidade está buscando junto à Secretaria Estadual

da Educação a regulamentação da DEdIC para se adequar à legislação de atendimento às crianças de 4 e 5 anos em idade pré-escolar em rede credenciada.

### Gestão

Após relato de denúncias graves de assédio moral, autoritarismo por parte da gestão da creche e necessidade de eleições diretas na unidade a reitoria informou que nomeará a psicóloga Magda Sena Vulcano, especialista em relações do trabalho, como facilitadora no processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e mediadora dos conflitos de gestão. O reitor insistiu na ideia de que a elaboração conjunta do PPP poderá auxiliar na institucionalização de uma gestão mais democrática e aproveitou pra reforçar que não vê com bons olhos a convocação imediata de eleições diretas para direção da DEdIC.

### Negociação

A avaliação é de que a reunião foi importante para avançar na discussão da Pauta Específica, principalmente, porque possibilitou que o reitor se inteirasse das questões referentes às relações de trabalho nas creches, mas que a organização das professoras e pais é indispensável para que os compromissos sejam efetivados.

### AGENDA

#### Coordenação de Mulheres se reúne hoje

A Coordenação de Mulheres se reunirá no STU, às 12h30 de hoje, para discutir os desdobramentos da pauta da DEdIC e o cronograma de atividades. Participe.

## Todos à audiência pública em 23/6, dia de mobilização/paralisação por mais recursos para as universidades

**R**eunidas nesta terça-feira, 16/6, as entidades que compõem o Fórum das Seis discutiram a importância de uma expressiva mobilização das categorias no dia 23/6, data de realização de uma audiência pública para debater a situação das universidades estaduais paulistas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016. A audiência ocorrerá às 14h, no auditório Franco Montoro, da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Trata-se de uma iniciativa conjunta das comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI), a pedido do Fórum das Seis. Os reitores estão sendo convidados a participar.

Considerando a importância da luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza na LDO 2016, o Fórum das Seis indica às categorias que discutam em suas assembleias a participação na audiência, transformando o 23 de junho em dia de **mobilização/paralisação**.

As entidades devem comunicar à coordenação do Fórum as deliberações de suas assembleias até sexta-feira, 19/6, informando especialmente a previsão de número de pessoas para o dia 23/6. Esse dado é necessário para que a coordenação organize a infraestrutura da atividade.

### 30 de junho, provável dia de votação da LDO, novo ato na Alesp

As categorias já devem debater a participação em novo ato na Alesp no dia 30/6, possível data de votação do relatório final da LDO 2016 em plenário. O indicativo do Fórum das Seis é repetir a dose, fazendo um dia de **mobilização/paralisação** com ida à Alesp.

### Fórum defende emendas de mais recursos

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis organizou um conjunto de emendas propondo mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza. No caso das universidades, a reivindicação defendida pelo Fórum é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE. No entanto, por

uma questão estratégica, o Fórum sempre apresenta várias outras emendas, com percentuais diferenciados.

Em todas as emendas apresentadas (e protocoladas por deputados do PT, PSOL e PCdoB), o Fórum defende que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios. Isso porque, antes do repasse às universidades, o governo desconta da base de cálculo o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes, tais como: multas e juros de mora pagos em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras.

**Detalhe importante:** estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios, correspondente a 25% do total do produto do ICMS). Portanto, as universidades reivindicam tratamento isonômico.

No caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação orçamentária específica – a cada ano, o governador “decide” o quanto vai enviar para as ETEC e FATEC – a reivindicação do Fórum das Seis é de 3,3% do ICMS-QPE.

### E os reitores, o que estão fazendo?

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades, insuficientes após a expressiva expansão de vagas, cursos e *campi* nos últimos anos.

Em 2014, movidos pela pressão da nossa forte greve, os reitores finalmente concordaram com a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP, e divulgaram documento pedindo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”. Nas reuniões com o Fórum em 2015, eles reafirmaram sua disposição em batalhar por isso.

Mas, o que estão fazendo exatamente os reitores para que as universidades conquistem mais recursos? É importante que deem visibilidade às suas ações, para que a comunidade universitária saiba!